
DURKHEIM E BALZAC: A TRADIÇÃO E A MODERNIDADE

Venâncio José M. Marinho – Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas (PPGS – UFAM)

E-mail: venancio_sa@hotmail.com

Resumo

O presente ensaio procura apontar alguns aspectos do ambiente intelectual na França ao longo do século XIX e suas influências sobre o desenvolvimento da sociologia enquanto disciplina científica. Pretende, também, ilustrar a atmosfera, engendrada pelo contexto histórico-político e social do caráter do debate presente em tal ambiente acadêmico à luz de três nomes clássicos da literatura e sociologia francesas. A partir das figuras de Balzac, Comte e Durkheim, alocados em três momentos específicos do século XIX, e da análise de suas contribuições para o desenvolvimento de dois modos distintos de representar a realidade, do ponto de vista de um entendimento científico e de um modo de representação literário da sociedade francesa ao longo do século, propor-nos-emos indicar alguns aspectos desta atmosfera intelectual que puderam ser refletidos e identificados em suas obras.

Palavras-chaves:

França, século XIX, sociologia, literatura.

Abstract

This essay tries to point out some aspects of the intellectual environment in France throughout the nineteenth century and their influence on the development of sociology as a scientific discipline. It also intends to illustrate the atmosphere engendered by the historical-political and social context of the present debate character in such academic environment in the light of three classic names in literature and French sociology. From the figures of Balzac, Comte and Durkheim, divided into three specific times of the nineteenth century, and the analysis of their contributions to the development of two different ways of representing reality from the point of view of a scientific understanding and a way literary representation of French society over the century, propose we will indicate some aspects of this intellectual atmosphere that might be identified and reflected in his works.

Keywords:

France, nineteenth century, sociology, literature.

Durkheim e Balzac: a tradição e a modernidade*

O objetivo da análise proposto neste capítulo consiste em explicitar a forma de posicionamento tomada por Émile Durkheim junto ao campo intelectual francês no período que compreende a transição dos séculos XIX e XX e que, por conta das mudanças estruturais e sociais produzidas nesse ínterim, de um lado, e os conflitos dentro do ambiente acadêmico, de outro, orientaram o sentido de suas pesquisas. Para poder se empreender uma análise que tenha por fim apreender a conjuntura social mais extensa e que circunscreve a produção do conjunto de sua obra, que tem a pretensão de comportar um caráter mais científico, que veio a tornar-se um clássico das Ciências Sociais, se torna imprescindível a necessidade de se construir um quadro geral e, em seu interior, estabelecer as relações entre aqueles que acabaram metamorfoseando-se segundo as circunstâncias e, ao assumir um papel de “resistência” à modernidade, bateram de frente com o projeto durkheimiano de se consolidar uma ciência sociológica. No intuito de estabelecer pontos de conexão entre a literatura e a sociologia durkheimiana, proposta do presente trabalho, há de se recorrer à leitura não somente de um romance de Balzac, *Esplendores e misérias das cortesãs*, como é aqui o caso, mas igualmente ao famoso prefácio de sua *comédia humana*. O projeto de legitimação da sociologia de Durkheim, atrelada à critérios mais precisos, racionais e *metodológicos*, se eleva a outro plano de interpretação quando de uma abordagem que leve em consideração o contexto social em que se inscreve e que, atrelada às disputas no campo intelectual, conduz ao delineamento de seus objetos de investigação ante aos ataques proferidos pelas “resistências” do ambiente intelectual francês.

Ao lançarmos mão do uso de um dos romances que compõem o conjunto da *Magnum opus* de Honoré de Balzac, o que se pretende é aprofundar-se quanto à sua tomada

* O presente trabalho faz parte de meu trabalho de conclusão de curso em Bacharelado em Ciências Sociais intitulado: *A razão sensível: literatura e teoria sociológica em Émile Durkheim*, sob a orientação do Prof. Dr. Marco Aurélio Coelho de Paiva.

de posição junto ao campo intelectual em fins do século XIX. Os elementos estéticos que conjuram sua posição ideológica e que são assim representados sob a égide de seus romances, ao serem observados levando-se em consideração a experiência de vida de suas relações em meio ao contexto social e que hão de se concatenar nas situações pelas quais seus personagens são atravessados, e em seus respectivos desfechos, marcam, então, as características de sua escrita na sua teatralização da sociedade francesa das primeiras décadas no início do século XIX. Aliado ao romance encontra-se a utilização de seu prefácio escrito posteriormente ao início de seu opulento empreendimento literário e que, tomado como instrumento metodológico no presente trabalho, uma vez que de forma mais ou menos consciente, o próprio autor se situa em relação aos acontecimentos políticos e sociais, referentes ao período da Restauração, ainda na primeira metade do século, e sua inclinação quanto ao modo de retratar as transformações pelas quais a França se debruçava. Ao longo do capítulo o que se pretende levar em consideração ao tomar como elo dos diálogos entre a sociologia e a literatura é, na realidade, fazer aparecer os elementos implícitos em que cada uma das escolas, sociológica e literária, se serve de sustentáculos, e que incide uma sobre a outra quanto ao que concerne às direções sobre as quais lançam seus olhares ou sobre o modo como tratam e retratam seus objetos de interesse e representação da sociedade francesa. Ao longo do século XIX, os modos de produção do conhecimento sociológico e a representação da realidade social sob a forma de romances acompanhavam-se lado a lado no que diz respeito à legitimidade de seu conteúdo. Ambas, por trás de seus projetos, tinham a intenção de se consolidarem ciências; encontrando-se em momentos diferentes do século, o modo pelo qual cada um dos autores irá tematizar e pintar o quadro da sociedade francesa, em vias de modernização, vai ora entrecruzar-se, ora distanciar-se de suas bases epistemológicas.

Da divisão do trabalho social, primeiro título do sociólogo francês, é publicado em meados de 1893 e reeditado em 1894, dada a grande controvérsia e popularidade que eclodiu após sua estreia no campo intelectual francês e trata, sobretudo, do processo de diferenciação gradativa que se observa nas atividades profissionais e que perpassa todo o desenvolvimento da sociedade moderna, resultando, então, em um novo modelo de

organização das relações sociais vigentes. É especificamente nesta obra o local em que se pode encontrar um dos conceitos mais caros à sociologia durkeimiana: conceito de *consciência coletiva*. Já nas primeiras décadas do século XIX Honoré de Balzac também tivera a intenção de demandar seus esforços literários em direção ao avanço da modernidade e suas consequências de curto prazo, o que não necessariamente quer dizer que o mesmo à apreendia e aceitava sem resistências. Como já mencionado, no prefácio de sua *comédia humana*, o literato francês exhibe certa clareza quanto ao posicionamento que deve tomar para si enquanto literato: o de bastião do antigo regime monárquico e do modelo de educação católica; o reflexo dessa tomada de posição vai se incidir em sua estética literária, no modo de representação da sociedade e de distribuição de seus personagens por entre o romance, o caráter moralizante de sua escrita e, acima de tudo, o que se torna o fio condutor do presente trabalho, sua relação com o *sentimento* enquanto fonte e motor que marca o tom de sua especificidade literária e seu pretense escopo científico. Durkheim, ao contrário, e por se encontrar em meio às condições favoráveis ao implemento de seu modelo sociológico, defende como premissa de produção do conhecimento científico o elemento racional, a ser: a *razão*.

As possibilidades de se construir chaves de diálogo entre a sociologia promulgada por Durkheim e o romance *Esplendores e misérias das cortesãs* se debruça não somente sobre o que há de proximidades entre as respectivas obras, mas opta por salientar aquilo em que ambos destoam consideravelmente e que, por sua vez, os conduzirá a aparências e configurações opostas tradando-se de seus trabalhos. Ao longo do século XIX ciência e literatura não eram totalmente excludentes entre si e, uma vez que ambas ocupavam, senão o mesmo, um muito próximo, patamar quanto à produção do conhecimento científico, era comum que muitos cientistas exercessem ao mesmo tempo as duas atividades, de literato/cientista e cientista/literato nas primeiras décadas do século. Quando se avança em direção ao fim do século o cenário muda completamente e o que se observa é o aparecimento de uma ruptura entre as duas maneiras de compreensão e representação da realidade social. Logo a modernidade invade a França e redefine, então, os parâmetros de

produção do conhecimento científico, que já não podiam mais amparar-se em seu antigo modelo metafísico. É especificamente neste período, em fins do século XIX, e, mais especificamente, em 1893, em que Émile Durkheim faz então sua aparição no ambiente acadêmico francês. Balzac, por outro lado, enseja a realização de sua *comédia humana* nos primeiros trinta anos do século, mantendo-se apartado do debate epistemológico em que o sociólogo havia se inscrito ao fim do século.

Comte e Balzac: facetas do sentimento e faíscas da razão

Durante a primeira metade do século XIX a produção do conhecimento científico se encontrava ancorada, sobretudo, na literatura. As obras dos naturalistas dos séculos XVII e XVIII, e a descrição das impressões sobre suas insólitas viagens eram ressaltadas em obras que imprimiam, junto à detalhada descrição das modalidades paisagísticas do mundo natural, certa estética literária ao inventário dos objetos de investigação e de curiosidade durante essas longas jornadas. Os pensamentos metafísico e teológico perscrutavam ainda a compreensão sobre a realidade social, e todas as manifestações mundanas seriam, então, apenas o resultado da conjunção das vontades humana e divina. A ciência da primeira metade do século XIX, no caso francês, confundia-se com a biografia de uma quantidade reduzida de homens excepcionais: “os grandes homens”. Desejando ocupar a mesma posição que outrora esses cientistas detinham, Balzac e Comte, cada um a seu modo, principiam seu próprio modelo de ser cientista e, por extensão, de se fazer ciência. Literatura e filosofia ou, pode-se dizer, razão, de um lado, e o sentimento, de outro; os polos de oposição pelo qual se organizavam e produziam suas obras, e que marcavam sua posição no ambiente intelectual francês.

Contemporâneos, nascidos ao fim do século XVIII, vivenciaram, cada um a seu modo, os primeiros reflexos da Restauração, perceberam as principais mudanças que eclodiam na França, e optaram por retratar tais processos históricos sob duas formas

variadas. Seguindo Lepenies (1996) sobre as mudanças que envolveram a trajetória de Comte, podem-se dividir as produções do filósofo francês em duas fases. No início de sua carreira o elemento que preconizava a formulação de sua filosofia positiva e a “virilidade” de seu pensamento se inscrevia na *razão* e em uma determinada forma de ascetismo, que o possibilitaria afastar-se da dimensão sentimental, vetando a impossibilidade de contaminação de seu pensamento racional, necessário à formulação da última ciência positiva, a dos fenômenos sociais; já o Comte da segunda fase, em sentindo inverso, recusaria o predomínio da *razão* sobre o *sentimento*. O sociólogo alemão, em sua pesquisa sobre a mudança de direções que abarcava o filósofo francês, reconhece a importância da relação de Comte com uma jovem candidata a literata, por qual se apaixona, e que o faz retomar o *sentimento* como substrato capaz que concatenar razão e ação humana, levando-o, ao fim de sua obra, a fundar religião positiva.

O peso da tradição literária francesa no século XIX emoldurava o processo de construção do conhecimento. Comte e, sobretudo, Balzac não estavam alheios ao contexto histórico e social de seu país, o que, por sua vez, era refletido no modo de realização e tratamento de suas obras: o *sentimento abafava* então as faíscas da *razão* positivista de Augusto Comte e o conduzia de volta à tradição intelectual francesa. O intento científico de do filósofo, de criar e consolidar a última disciplina positiva seria postergado até a segunda metade do século e seria posta em prática sob a direção de Émile Durkheim. Por outro lado, Honoré de Balzac intentava levar a cabo um modelo de literatura que estimasse a o modelo de produção científica naturalista oriunda dos séculos XVII e XVIII, mas que tomava a dimensão da sensibilidade como propulsor dos efeitos que sua obra julgava ter. Balzac (2006) deixa claro que a dimensão sentimental que envolve o caráter de sua produção literária, ao justificar em seu prefácio a postura que deseja assumir quando de uma literatura que pretender estar ao lado dos “grandes homens” dos séculos precedentes. Por trás do empreendimento levado a cabo na produção de suas respectivas obras encontrava-se, de forma velada, o desejo de se consolidarem como cientistas: Comte, num primeiro

momento, é conduzido pela *razão e* Balzac, toma sempre o *sentimento* como elemento a ser priorizado em seus romances.

Todo o conjunto da obra de Honoré de Balzac se inscreve em um contexto mais amplo, que serve como pano de fundo dos entrecos de seus romances e que pontifica pela meticulosidade da apresentação e caracterização dos personagens, suas motivações, trajetórias, destinos e, de suma relevância para o presente trabalho, o modo pela qual se distribuem as relações entre estes. O que os liga, o que os repele, aquilo que os faz, em determinados momentos das suas narrativas romanescas, agrupa-los em torno de um mesmo objetivo comum. Esplendores e misérias das cortesãs, originalmente publicado em 1847, poucos anos antes de vir à óbito, assim como os inúmeros contos e romances que compõem a magnitude de sua Divina Comédia, aborda, sobretudo, os costumes da sociedade francesa no período que compreende os primeiros cinquenta anos do século XIX.

A legitimidade de produção do conhecimento científico estava sob constantes disputas nesse contexto histórico. Comte e Balzac procuravam caminhos que os pudessem guiar à uma posição favorável aos seus desejos de ascender socialmente e de conquistar prestígios junto à comunidade científica. As barreiras que se postavam em frente à ambos não eram idênticas; uma vez que a tradição literária continuava preenchendo cadeiras no ambiente acadêmico francês, as chances de Balzac, na metade do século, de levar adiante seu projeto literário/científico eram maiores que o do filósofo francês. Segundo Lepenies (1996) Comte não possuía nenhum vínculo mais estrito com qualquer instituição, o que salienta o quanto o próprio estava alijado e isolado no que se trata da produção e divulgação de sua obra. Ministrava aulas em sua própria residência e somente para alguns poucos alunos. A rigidez do pensamento e das práticas de Augusto Comte, em sua primeira fase, estava diretamente relacionada com sua intenção de se consolidar enquanto intelectual junto ao ambiente acadêmico francês, o que incluía, contudo, seu sistema filosófico.

Em sua segunda fase, quando redimensiona o papel do *sentimento* na formulação de sua filosofia positiva, e que desemboca em seu anseio teológico, o que subjaz o arquétipo epistemológico de seu sistema filosófico positivista, e que se pode compreender alocando-o

ao lado de Honoré de Balzac, é o peso da tradição intelectual francesa sobre o desenvolvimento do processo da produção do conhecimento científico ainda na primeira metade do século XIX. Comte entrevia as possibilidades de existência de uma nova forma de ciência, que seria, sobretudo, a última das ciências positivas e que tomaria por objeto os fenômenos sociais; suas causas e seus efeitos. A inovação do filósofo francês não pôde realizar-se, uma vez que não ocupava nenhuma cadeira nas instituições de ensino superior, ocupando uma posição “ambulante”, suas ofensivas modernas viam-se sobrepujadas pelo ambiente acadêmico; inviabilizado de promulgar as bases de sua racionalidade epistemológica, somado ao florescer do *sentimento* enquanto motor do pensamento e ação de seu positivismo, a filosofia comtiana acaba por desaguar em uma espécie de teologia filosófica que estabelece a cisão de Auguste Comte em duas fases destoantes de sua carreira.

Em Balzac o papel do *sentimento* se faz presente desde o início de seu empreendimento literário, mas ganha contornos bem distintos àqueles que hão de se desenvolver no Comte da segunda fase. Escrito treze anos após a publicação do primeiro romance que compunha sua *comédia humana*, o prefácio que Balzac posteriormente anexou à obra nos serve de respaldo para a análise que se pretende construir e que exhibe o paralelo que se pode traçar entre seus intentos científicos e literários, os de Comte, e a influência da tradição intelectual francesa dos séculos XVII e XVIII no conjunto mais amplo do ambiente intelectual francês em meados do século XIX. A questão da estratificação social é um dos pontos-chaves por trás de todo o esforço literário de Balzac ao debruçar-se sobre o estudo dos costumes da sociedade francesa e da escolha do romance como formato da obra:

Em primeiro lugar esses personagens, cuja existência torna-se mais longa, mais autêntica do que a das gerações em meio das quais os fazemos nascer, quase sempre só vivem sob a condição de serem uma grande imagem do presente. Concebido nas entranhas de seu século, todo o coração humano se agita sob seus invólucros, nos quais se esconde frequentemente toda uma filosofia (BALZAC, 2006, p. 25-26).

Perpetuar sua obra ao longo do transcorrer histórico, ao mesmo tempo em que executa o esboço de um quadro mais amplo da sociedade em que se inscreve, utilizando

como recurso a composição idealística de seus personagens, que tem por finalidade retratar, a seu bel-prazer, os costumes desta mesma sociedade, são as diretrizes que regulam os caminhos de seus personagens, os entrecchos de seus romances e, subjacente à magnitude de sua obra, sua tendência científica. O romance, como parâmetro de elucidação da compreensão da realidade social, em Balzac, revela sua posição ideológica enquanto cientista que se inspira nos naturalistas dos séculos que os presidiram. As personagens do literato perseguiriam os fins das extensas taxionomias as quais serviam de molde e seriam distribuídos por entre as *espécies sociais* mais distintas, e que fazem parte do ambiente da sociedade que o mesmo acreditava perceber.

Vislumbrando uma nova ciência que se pusesse a ousar em direção oposta ao dos intelectuais do *sentimento*, Comte arrisca-se em seu propósito modernista de inaugurar a última das ciências positivas, a qual, por sua vez, só pode realizar-se à medida que paulatinamente substituíssem-se pela *razão* os elementos relativos ao sentimento que até então emolduravam a produção do conhecimento científico. Na primeira metade do século XIX o peso da tradição intelectual podia ainda fazer-se sentir sob duas formas de se representar a realidade, mesmo que de forma desigual: ou era livremente conduzida pelo *sentimento*, ou, no caso do Comte da primeira fase, era asfixiada por ele. Nas palavras do próprio Lepenies:

Na verdade, não se poderia falar de uma conspiração do espírito da época a seu favor, na qual Comte já muito cedo depositara suas esperanças. Ao contrário, o espírito da época parecia conspirar contra ele, pois fracassaram todas as tentativas de encontrar uma posição segura. Sem desistir de suas aspirações ou ter dúvidas quanto à avaliação que fazia de si mesmo, Comte logo tomou consciência de como era difícil levar avante uma existência especulativa e teórica numa época em que a ciência se tornava cada vez mais uma indústria. A intelectualidade francesa ainda era admirável; mas os intelectuais franceses degeneravam cada vez mais em oportunistas. Por mais distantes da realidade que estivessem suas declarações, Comte podia afirmar, não completamente sem razão, conhecer melhor que ninguém os pontos fortes e fracos que faziam parte dos meios acadêmicos. Justamente suas experiências nas atividades científicas eram o que fazia permanecer ativos, mesmo nas mais ousadas fantasias de Comte, resíduos de um princípio de realidade. Ele definia os “*faits sociologiques*” – não sem auto-ironia – exatamente como Émile Durkheim o faria mais tarde: eram as coisas às quais se deve resignar. (LEPENIES, 1996, p. 29).

Sem sucesso Comte empregava seus esforços no sentido de garantir um lugar cuja solidez pudesse conformá-lo junto ao sistema acadêmico de ensino superior, o que garantiria não somente a insígnia da intelectualidade francesa, mas igualmente o prestígio atrelado à essa mesma posição e suas reais, ou hipotéticas, consequências de legitimação intelectual. Incrustado deste modernismo o filósofo punha a cabo a elaboração de seus preceitos epistemológicos positivistas que eram então barrados pela conjuntura mais abrangente do sistema de ensino francês, cujo caráter tradicionalista continuava a transbordar em meio as instituições responsáveis pela reprodução do ensino na metade do século. A fagulha de *razão* moderna presente nas reminiscências do sistema filosófico de Augusto Comte, impossibilitada de trespassar as ondas do *sentimento* da intelectualidade francesa, acabou por esmorecer e relegada a segundo plano ante o peso da tradição do ambiente acadêmico.

Seus apontamentos acerca da necessidade de fundação de uma nova disciplina científica serviriam mais tarde como a tônica primordial da tese defendida por Émile Durkheim de que cabia ao sociólogo o papel de “trabalhador” arguto, a fim de evitar excessivas exegeses filosóficas e teleológicas sobre seus objetos de estudo elementares: os *atos sociais*. De fato, Comte antecederá seu conterrâneo quando vislumbrou que uma nova ciência positiva haveria de preencher a lacuna deixada em aberto quanto à compreensão dos fenômenos sociais, matéria deste novo ramo do saber acadêmico, mas que, entretanto, não ganhara o relevo que seu principal ideólogo tanto lhe imputava. A sociologia, nos moldes do Comte da primeira fase, em que predominava o pensamento racional, só poderia ser levada adiante a partir do momento em que a intervenção de Durkheim, junto ao ambiente acadêmico, se fizesse premente e capaz de inaugurar um novo modelo de produção conhecimento sociológico, que optasse por recusar os resquícios da tradição intelectual, vigente até os últimos trinta anos do século XIX.

O panteão intelectual francês até a metade do século era composto ainda por figuras mantenedoras dos aspectos mais tradicionais de seu sistema de ensino e a novidade comtiana, pondo-se em choque com todo o rol de tradicionalistas, que ocupavam as

influentes cadeiras dos cursos de ensino superior nas principais universidades do país, via-se constrangida ante a pressão destes em direção contrária.

Balzac é o tipo de intelectual que pode ser lançado como exemplo, nos fins da presente análise, do modelo a ser seguido quando da proposição de se elaborar uma obra que pretendesse ressaltar certo caráter científico sobre a compreensão e explicação da realidade social. Sua *comédia humana* tem como pano de fundo as transformações da sociedade francesa logo nas primeiras décadas do século XIX, com o advento da modernidade e desestabilização das relações políticas de outrora. A postura que o escritor assume é-nos oferecida posteriormente, quando da publicação de seu prefácio, e deixa transparecer toda a dimensão ideológica de seu caráter político. Simpatizante da monarquia e do modelo legislativo proposto por Napoleão, Balzac elucida as conquistas que desejou obter através da produção de uma obra de tal magnitude: a) salvaguardar a função pedagógica ocupada anteriormente pela literatura e, especificamente, pelo romance, b) resgatar o prestígio concernido àqueles que, voluntariamente, debruçavam-se sobre sua produção e c) aloca-la ao lado dos “grandes homens franceses”, como Buffon, Saint-Hilaire, etc, personagens centrais na produção do conhecimento científico dos séculos XVII e XVIII, de cunho naturalista, e que souberam mesclar o *sentimento* e a descrição (científica) das experiências de suas jornadas (BALZAC, 2006).

Pautado nesses modelos descritivos e taxionômicos os romances que compõe sua *Magnum opus* conduz-nos à quadros cristalizados, em que cada personagem, exceto quando se trata das figuras femininas, ocupam um subgrupo especial, dentro de um outro grupo mais amplo que compreende a sociedade francesa. O conteúdo de seus romances, aquilo que deverá ser trabalhado minuciosamente em seus entrecchos, deve ressaltar “uma forma tripla: os homens, as mulheres e as coisas, ou seja, as pessoas e a representação material que elas dão de seu pensamento; enfim, o homem e a vida” (BALZAC, 2006). De forma análoga, o substrato da sociologia durkheimiana abarca de certa forma a vida, o homem e suas representações materiais, o que não ocorre, contudo, sob a forma de romance. Este novo modo de produção do conhecimento sociológico, inaugurado por Durkheim em seu primeiro trabalho, deparara-se com um terreno mais favorável à sua inserção em meio ao

ambiente acadêmico e intelectual francês, mas não estava alheio aos ataques advindos da ala tradicionalista que “condenava as concepções de Durkheim porque personificavam a ameaça que representava para a cultura clássica francesa a perda dos valores na sociedade moderna” (LEPENIES, 1996). A partir das reformas educacionais que eclodiram nos últimos vinte anos do século que resultaram na democratização e reorganização dos currículos nos sistemas de ensino público, a novidade sociológica modernista, encabeçada por Émile Durkheim, pôde avançar em seus objetivos institucionais modernizantes.

A ala tradicionalista, cujo Gabriel Tarde era talvez o maior representante e refratário à Durkheim, temendo a ruína de seu prestígio social e intelectual, logo tratou de se sobrepor às intenções daquela inovação científica que punha em risco não somente a perpetuação da cultura clássica de seu país, mas inclusive minava as possibilidades de suas conquistas políticas e ideológicas de sua classe aristocrata e que mantinha ligações estreitas à monarquia. Seguido por uma enorme gama de intelectuais de toda sorte, Tarde liderou a frente de oposição contra o modernismo sociológico durkheimiano e seus seguidores, defendendo os valores da França monárquica assumia uma posição antirrepublicana e, por extensão, anti-modernista.

A novidade epistemológica promulgada por Durkheim não agradou à direita literária francesa e esta se via obrigada a reagir por todos os meios possíveis, uma vez que as teorias desta nova ciência se encontravam amparadas pelo pensamento filosófico alemão, que se havia tornado familiar aos olhos de Durkheim, pois completara seus estudos na Alemanha. (LEPENIES, 1996). Durante a III República os conflitos entre tradição e modernidade refletiam-se no ambiente intelectual, e as disputas entre literatos e cientistas conduziam a direção dos objetos de estudo das pesquisas entre os diferentes agentes que o circunscreviam, estes recorriam então à autores franceses nos quais pudessem resgatar os valores clássicos de sua cultura:

Autores como Bourget buscavam sociólogos entre escritores do passado que pudessem servir de modelo aos franceses em contraposição a Durkheim e sua escola. Em primeiro lugar estava Balzac, que se autodesignara *docteur ès sciences sociales* e que retratara na *Comédie humaine* um panorama da sociedade

francesa que podia servir de modelo para todo sociólogo. Balzac podia ser colocado ao mesmo tempo ao lado de Bossuet e de de Bonald; era um autêntico sociólogo, cujo exemplo mostrava que boa ciência e democracia não eram necessariamente solidários, como queriam os ideólogos da Terceira República.

Nos adversários literários de Durkheim, personificava-se aquele pensamento anti-romântico que foi tão importante para as polémicas ideológicas da França Moderna (LEPENIES, 1996, p. 85).

Como apontado acima, os romances de Balzac eram apreendidos por aqueles que resolviam pôr-se em objeção à sociologia durkheimiana, estigmatizada sob a marca de um caráter antinacionalista, pois não abraçava como premissa os valores franceses de igualdade, liberdade e fraternidade, devido, sobretudo, à seu contato com a filosofia alemã, que levava em consideração o todo sobre as partes.

Literatura e Sociologia: imposição metodológica e declínio da sensibilidade

Os contrastes entre as duas alas em choque, tradição e modernidade, são desvelados à medida que os condicionantes sócio-históricos são postos em relevância e em paralelo. A influência do pensamento filosófico alemão na primeira grande obra de peso de Durkheim, *Da divisão do trabalho social*, foi acolhida com maus olhos pelos intelectuais da ala tradicionalista: a *liberdade, igualdade e fraternidade* da nação francesa, valores de sua cultura clássica, viam-se rebaixados à superioridade do agrupamento do conjunto das relações sociais em relação as partes que o compõem. É nesse primeiro trabalho que se encontra um dos conceitos mais caros a sociologia de Émile Durkheim e que, por conta de sua novidade epistemológica, foi motivo de furor e de vexação dentro do ambiente acadêmico e intelectual na França em fins do século, e que iria perdurar até o início da segunda década do século XX quando da morte do sociólogo. Segundo Durkheim (1999), ao longo do desenvolvimento da sociedade ocidental a enorme multiplicidade das atividades profissionais edificou-se a partir da reunião coletiva de seus pares e das questões emergentes que compreendiam as inúmeras responsabilidades advindas do exercício destas, e a solução de suas respectivas obstruções técnicas. Em sua segunda edição, o prefácio

inserido como adendo remete-nos historicamente à formação das *centenas* na Grécia Antiga, reuniões formadas pelos legisladores e que teriam como objetivo fazer o julgamento de atos considerados perniciosos à sociedade grega.

As intenções do sociólogo ao incluir essas informações, que foram suprimidas na primeira edição, recaem, sobretudo, sobre fato das inúmeras críticas com o qual foi recebido após a publicação de *Da divisão do trabalho social*, advirem em sua maioria dos intelectuais que empunhavam a bandeira da teoria do Contrato. Segundo Consolim (2007), em sua tese de doutoramento, após as reformas educacionais que ocorreram nos últimos anos do século, quando Jules Ferry ocupava o cargo de Ministro da Educação, o campo das ciências sociais apresentava certo afrouxamento quanto aos critérios de demarcação e delimitação dos objetos de estudo e do campo de atuação das disciplinas que haviam se desenvolvido com o advento da modernidade. Os constantes conflitos acerca dos limites de atuação de pesquisa entre estas disciplinas, que privilegiavam o indivíduo como elemento primordial da formação da sociedade, encontravam-se desamparados de critérios metodológicos, o que, aos olhos de Durkheim, obnubilava toda e qualquer intenção de se compreender e, conseqüentemente, de explicitar a ampla soma de fenômenos e instituições tomadas como objetos de especulação metafísica, não metódica, por essa infinidade de disciplinas acadêmicas, de caráter filosófico ou moralista.

O conceito de “consciência coletiva” forjado por Durkheim apresenta essa nova característica do seu modo de fazer sociologia e que destoava do modo como a sociologia era até então formulada e levada adiante pelos intelectuais franceses. Sob a égide desse conceito estariam concentrados os fenômenos relativos à ordenação do novo modelo de sociedade em vias de formação: a moderna sociedade capitalista industrial. Não por acaso seu primeiro livro tem por tema central a divisão do trabalho; com o crescente processo de desenvolvimento técnico e econômico nos países de economia capitalista e a diversidade de atividades profissionais, resultantes desse processo, somado ao às taxas de crescimento populacional, esse novo modelo de sociedade capitalista arrastava consigo suas nascentes formas de organização e distribuição desses contingentes de atores e relações sociais,

formas estas desconhecidas outrora pelos antigos modelos de regime político. Não se pretende neste trabalho reproduzir fastidiosamente os preceitos teóricos presentes neste clássico da sociologia francesa, mas para além o que se deseja é apontar os aspectos modernistas desse novo arquétipo de produção do conhecimento científico.

Segundo a linha de raciocínio desta formulação conceitual, com o progressivo aumento do contingente populacional, que paulatinamente se desdobra em novas atividades profissionais, as quais interdependem umas das outras, por meio da produção e consumo de seus bens e serviços, a grande concentração de atores sociais, mormente quando se trata da vida citadina, acaba por desenvolver, de forma não racional, uma nova ordem de moralidade responsável pela contenção dos possíveis conflitos a emergir quando da fricção entre os interesses do conjunto mais amplo da sociedade (DURKHEIM, 1999). A questão relativa à divisão do trabalho não se encontra cristalizada somente nas pesquisas do sociólogo francês. Balzac, como exposto mais acima, tivera antes também planos investigativos postos em andamento acerca da questão das transformações perpassadas pela sociedade francesa no início do século XIX; as diferenças entre as múltiplas atividades profissionais é um dos pontos de interesse do romancista e um dos aspectos que o presente trabalho gostaria de apontar como chave de análise e de relação com a sociologia de Émile Durkheim. Nas palavras do literato:

A sociedade não faz do homem, de acordo com os meios em que sua ação se manifesta, tantos homens diferentes quanto as variedades em zoologia? As diferenças entre um soldado, um operário, um administrador, um advogado, um desocupado, um cientista, um estadista, um comerciante, um marinheiro, um poeta, um pobre, um padre são, embora mais difíceis de serem captadas, tão consideráveis quanto as que distinguem o lobo, o leão, o asno, o corvo, o tubarão, o cavalo-marinho, a cabra, etc. Então existiram e existirão em todos os tempos Espécies Sociais como existem Espécies Zoológicas. Se Buffon descrevia, ele finalizava a leoa em algumas frases; ao passo que, na Sociedade, a mulher nem sempre é a fêmea do macho. Pode haver dois seres perfeitamente diferentes em um lar. A mulher de um comerciante é, por vezes, digna de um príncipe, e frequentemente a de um príncipe não vale a de um artista. O Estado Social tem destinos que a Natureza não se permite, pois ele é a Natureza mais a Sociedade. A descrição das Espécies Sociais seria então pelo menos o dobro das Espécies Animais, considerando-se apenas os dois sexos. Enfim, entre os animais, há poucos dramas, a confusão não existe; eles se atiram uns sobre os outros, eis tudo o que pode acontecer. Os homens também se atiram uns sobre os outros, mas a variação de sua inteligência torna o combate muito mais complicado. Se alguns cientistas ainda não admitem que a Animalidade transborde na Humanidade

através de uma imensa corrente de vida, o quitandeiro torna-se certamente par da França, e o nobre desce por vezes à mais baixa camada social. Além disso, Buffon deparou-se com uma vida excessivamente simples nos animais. O animal tem pouco mobiliário, não tem nem arte nem ciência; o homem, por uma lei que ainda precisa ser encontrada, tende a representar seus costumes, seu pensamento e sua vida em tudo aquilo que ele apropria a suas necessidades (BALZAC, 2006, p.21-22).

A abordagem balzaquiana quanto as diferenças circunscritas pela divisão do trabalho, como se pode notar acima, e como fora anteriormente comentado, está intimamente ligada à: 1) uma visão naturalista da sociedade e que se apresenta como resquício da tradição científica dos séculos XVII e XVIII, o que é exemplificado pelo próprio autor ao lançar mão das pesquisas de Buffon e de suas comparações entre os animais e os homens ; 2) aos papéis do cientista e, como é o caso do próprio autor, do escritor perante as novas formas de organização da sociedade francesa, em vias de modernizar-se e as supostas prerrogativas de suas atividades. A escolha por uma óptica naturalista não pode ser entendida se não for posta em paralelo com relação à questão de sua preocupação quanto ao declínio de prestígio que cercava outrora a “aura” de nomes como Buffon e outros naturalistas: também Balzac buscava conservar para si esse mesmo prestígio, eis o motivo do próprio vir a colocar-se ao lado de Buffon e outros naturalistas, e o motivo por que empreende uma crítica aos mencionados cientistas.

Pode se entrever indícios dos efeitos que recaem sobre o papel da elite francesa quanto à posição que ocupavam outrora. O intento por trás da *comédia humana* em observar e descrever os costumes da sociedade francesa era antes de qualquer coisa solucionar a questão da estratificação social e a emergente mobilidade de seus atores sociais na primeira metade do século. Debruçar-se sobre um empreendimento de tal envergadura, como é a *comédia humana*, significava, sobretudo, colocar-se ao lado daqueles que os inspiraram a fazê-lo. Uma vez publicada, toda sua obra poderia igualar-se às obras dos “maiores espíritos científicos” ou às dos “maiores gênios da história natural”. Essa questão, que diz respeito à uma visão ideológica elitista, já que o próprio literato assume aos leitores estar ao lado do regime monárquico e da Igreja Católica, não se faz presente nas obras de Durkheim. Ambos compartilham o interesse pelo tema da divisão do

trabalho, e ambos percebem as ininterruptas mudanças, cada um em sua respectivo contexto sócio-histórico, resultantes do novo modelo de sociedade em formação.

Ao tratar da divisão do trabalho, objeto de seu livro homônimo, Émile Durkheim é conduzido por sua preocupação quanto aos métodos necessários a serem empregados em uma análise que, em primeiro lugar, delimite ao máximo seu objeto de estudo. Essa visão especializada do objeto, e que é o tema subjacente de seu livro, que trata, em último caso, das especializações profissionais, é refratária àquele pensamento majoritário que anteriormente encontrava-se instaurado no ambiente acadêmico e intelectual francês. As disciplinas filosóficas e morais tradicionais, não “positivas”, eram maioria nas instituições de ensino superior e, por isso, responsáveis não somente pela educação nas universidades mas, por extensão, igualmente nos ensinamentos primário e secundário. Ancoradas em uma metafísica exegética tais disciplinas, duramente criticadas pelo sociólogo, pouco apontavam em seus resultados elementos empíricos capazes de corroborar os argumentos discorridos em suas obras. Como maneira de evitar cair em ambivalências tratando de suas formulações, Durkheim recorre ao termo **função**, e razão para o mesmo o autor explicita claramente no capítulo que trata sobre o método utilizado no tratamento de seu objeto de pesquisa, imbuído, claramente de severas críticas aos seus concorrentes acadêmicos:

Nada, à primeira vista, parece tão fácil como determinar o papel da divisão do trabalho. Acaso seus esforços não são conhecidos por todos? Por aumentar ao mesmo tempo a força produtiva e a habilidade do trabalhador, ela é a condição necessária do desenvolvimento intelectual e material das sociedades; é a fonte da civilização [...] De fato, os serviços que ela presta assim são quase completamente estranhos à vida moral, ou, pelo menos, têm com ela apenas relações muito indiretas e distantes. Embora seja corrente hoje em dia responder às diatribes de Rousseau com ditirambos em sentido inverso, não está em absoluto provado que a civilização seja uma coisa moral. Para solucionar a questão, não se pode referir a análise de conceitos, que são necessariamente subjetivos: seria necessário, isso sim, conhecer um fato capaz de servir para medir o nível de moralidade média e observar em seguida como ele varia, à medida que a civilização progride. Infelizmente, falta-nos essa unidade de medida, mas possuímos uma para a imoralidade coletiva. De fato, o número médio de suicídios, dos crimes de toda sorte, pode servir para assinalar a altura da imoralidade numa sociedade dada. Ora, se fizermos essa experiência, ela não será favorável à civilização, pois o número desses fenômenos mórbidos parece crescer à medida que as artes, as ciências e a indústria progredem. Sem dúvida, seria um tanto leviano concluir desse fato que a civilização é imoral, mas pelo menos podemos estar certos de que, se ela tem sobre a vida moral uma influência positiva e favorável, esta é bastante fraca (DURKHEIM, 1999, p. 14-15).

Neste trecho podemos perceber o quanto o sociólogo mostrava-se avesso à questões envolvendo as causas e efeitos da divisão do trabalho: tradicionalmente invocando os teóricos da Teoria do Contrato os defensores dessa visão utilitarista sequer preocupavam-se em encontrar fatos passíveis de respaldar suas afirmações; pelo contrário, como sabia-se de antemão o “verdadeiro” motivo gerador da Civilização, a felicidade dos homens, restava aos intelectuais simpatizantes dessa doutrina detectar quais seriam os fatos fortuitos suscetíveis de corroborar seus argumentos e aplica-los como exemplos, sem qualquer rigor metodológico ou que, pelo menos, fossem postos à prova como causas determinantes. Ocupando o ambiente acadêmico, como ocupara outrora nos séculos XVII e XVIII, a ala dos contratualistas, tradicionais, opunham-se às formulações teóricas de Durkheim; em uma palestra de proferida à estudantes em início de curso, tais críticas, se não severas explicitamente, apresentam suas ressalvas quanto ao caráter profético que tais teorias e o entrave que representavam para a incipiente disciplina sociológica:

Depois de Platão e da sua *República*, não faltam pensadores que tenham filosofado sobre a natureza das sociedades. Mas até o começo deste século, a maior parte destes trabalhos estavam dominados por uma concepção que impedia radicalmente que a ciência social se constituísse. Com efeito, quase todos os da política viam na sociedade uma obra humana, um fruto da arte e da reflexão. Segundo eles, os homens começaram a viver em conjunto porque acharam útil e bom; foi um artifício que imaginaram para melhorarem um pouco a situação. Portanto, uma nação não seria um produto natural, como um organismo ou uma planta que nasce, cresce e se desenvolve em virtude de uma densidade interna; mas assemelhar-se-ia mais àquelas máquinas que os homens constroem e cujas partes são todas reunidas segundo um plano concebido [...] Se estão assim dispostos e não de outra maneira qualquer, foi porque o artista quis. As alterações que sofrem explicam-se, não pela sua natureza, mas pela vontade do artista; foi ele quem as dispôs consoante os seus desígnios [...] Quer seja obra de todos, como pretende Rousseau, ou de um só, como pensa Hobbes, ela teria saído inteiramente do nosso cérebro e da nossa imaginação. Não seria nas nossas mãos mais que um instrumento de cómodo, que poderíamos dispensar, e que nos é sempre possível modificar à nossa vontade; porque podemos livremente desfazer o que livremente fizemos. Se somos os autores da sociedade, podemos destruí-la ou transformá-la. Bastaria querê-lo. (DURKHEIM, a, p. 76-77).

Ora, não há aqui, se não absoluta, mas relativa aproximação com aquilo que se faz presente em Balzac? Os romances do escritor, apesar de apoiados em uma visão naturalista dos homens, também inspirada nos cientistas dos séculos XVII e XVIII, não deveriam, como o mesmo acreditava poder, conduzir ao passado a “decadente” sociedade francesa através de seus romances? Em *Esplendores e misérias das cortesãs*, o tema da prostituição é encarnado na personagem Esther, uma jovem judia órfã de pai e mãe, e que é introduzida ao leitor, no enredo, em um grande baile de máscaras ao lado do aspirante à poeta Lucié de Rubempré. Esther alimenta uma paixão sem limites pelo jovem artista, protegido do padra Carlos Herrera, na verdade um personagem de nome Vautrin, e que pode ser percebido

como um alter ego do próprio Honoré de Balzac. Vautrin, disfarçado de padre, é o responsável pelo destino dos dois títeres, uma vez que todas suas ações são previamente estabelecidas pelo personagem, cabe a Lucien e à Esther seguir as ordens do falsário, um criminoso fugitivo, de habilidades supracitadas pelo escritor.

Não querendo abarcar todo o enredo do romance, que conta com centenas de personagens, deter-nos-emos unicamente na personagem da cortesã o que, contudo, e para os fins do trabalho, não pode estar dissociada desses outros dois personagens. Quando foge da prisão e dos trabalhos forçados os quais era obrigado a realizar, Vautrin casualmente se depara com Lucien junto ao leito de um rio, pois o jovem poeta havia tentado o suicídio. Herdando uma pequena quantia em dinheiro, que se esvai com imensa velocidade dada às extravagâncias de sua vaidade, e bloqueado quanto às possibilidades de enveredar sua carreira de artista, Lucien é acolhido pelo criminoso. A relação de ambos pode, à primeira vista, denotar uma tonalidade homo afetiva, pois o falso padre, na elaboração de seus objetivos, visa intensamente recuperar a honra e o prestígio de que antes possuía o jovem; não estaria o escritor representando, como vimos, a própria situação? Contudo este não é um de nossos objetivos, mas talvez a possibilidade de construção de outra ponte de diálogo entre ambos autores.

Esther é uma personagem central para o desfecho final deste romance, apesar de a mesma vir a suicidar-se sem sua presença a obra não teria como se conectar em seus meandros. Com o desejo de prestar auxílio na retomada artística de Lucien, a jovem cortesã vê-se obrigada a manter relações com um banqueiro alemão, o barão de Nucigen. Para além de um personagem avulso e obnubilado quanto aos sentimentos, a personagem, dada a relação com Esther, é um modelo pantomímico da moderna sociedade industrial alemã. Conquistando sua fortuna com a derrocada e concessão de crédito a inúmeros empresários, Nucigen fervorosamente controla suas finanças. Esta posição disciplinada é posta à prova quando, logo que vai se aproximando de Paris, avista Esther e deseja por todos os modos toma-la para si. Vendo a oportunidade de angariar fundos à empreitada de Lucien, que, mormente deseja casar-se com uma jovem aristocrata, o falso padre Carlos Herrera lança

mão dos dotes da cortesã para inebriar os sentimentos de desejo e atração do banqueiro alemão.

É preciso ressaltar que Carlos Herrera, o falso padre, apreende a personagem de Esther como algo impuro e ignóbil, e na cena em que é descrita o encontro de ambas as personagens, padre e cortesã, a verve naturalista de Balzac, e, conseqüentemente, a ação do meio ambiente sobre a personalidade de Esther, resplandece enfaticamente ao lado de seus próprios juízos de valor:

O padre parou, olhou para a moça a fim de verificar se, privada da horrível força que corrompidos tiram de sua própria corrupção, e de volta a sua frágil e delicada natureza primitiva, ela resistiria a tantas impressões. Cortesã enganosa, Esther teria fingido; mas, voltando a ser inocente e verdadeira, ela podia morrer, como um cego operado pode voltar a perder a visão ao ser confrontado à luminosidade intensa. Esse homem viu então, naquele momento, a profundidade da natureza humana, mas permaneceu numa calma terrível devido a sua fixidez: era um Alpe frio, branco e vizinho do céu, inalterável e impassível, com flancos de granito e, ainda assim, benévolo. As cortesãs são seres essencialmente variáveis, que passam sem razão da desconfiança mais estúpida a uma confiança absoluta. Elas se encontram, nesse aspecto, abaixo do animal. Extremas em tudo, em suas alegrias [...], quase todas se tornariam loucas se a moralidade que lhes é própria não as dizimasse e se acasos felizes não tirassem algumas delas da lama em que vivem. Para penetrar até o fundo das misérias dessa vida horrível, seria preciso ter visto até onde a criatura pode ir na loucura sem no entanto nela permanecer [...] compreendeu o quanto era impossível resistir a tal criatura encantadora [...]. Uma paixão semelhante esconde, entre mil atrativos, um anzol lanceolado que fissa sobretudo a alma elevada do artista. Essas paixões, inexplicáveis para a multidão, são perfeitamente explicadas por essa sede do belo ideal que distingue os seres criadores. Purificar um ser semelhante não é afinal o mesmo que criar, não é parecer-se um pouco com os anjos encarregados de trazerem de volta os culpados a melhores sentimentos? Que delícia casar a beleza moral com a beleza física! Conseguir fazê-lo é um prazer digno de orgulho! Que bela tarefa essa que não tem outro instrumento além do amor! (BALZAC, 2007, p. 47-48).

Eis aqui o teor aristocrático e moralizante do romance balzaquiano: através do amor, recuperar os melhores sentimentos daqueles que se encontram abaixo da escala animal, que vêm a ser, nesta obra específica, o conjunto de cortesãs que se invadem a França. Balzac (2006) almeja apresentar as contradições da França e o tema da prostituição é um dos ângulos pelos quais deseja apresentar aos seus leitores tais contrastes. Mais que isso, o objetivo do escritor é tentar resguardar o que resta de prestigioso na tradição intelectual. A força que se exerce do meio ambiente sobre a personagem Esther é tanta que mesmo após

sua internação em uma escola de educação religiosa, sua *Animalidade* não consegue sobrepujar-se aos ensinamentos que recebe e, não fosse constante intervenção do falso padre, a imoralidade que lhe perscruta viria novamente à tona e desencadearia, mais uma vez, uma vida de “depravação”.

Há que se notar que o próprio padre não é uma “pessoa comum”, presente na multidão, mas alguém que encarna as qualidades inerentes àqueles que podem apontar um caminho de volta ao passado aristocrático francês. Há no romance uma infinidade de passagens as quais podem ser postas em exercício no intento de corroborar o defendido argumento: de que Balzac, na metade do século, aspirava alcançar uma posição de prestígio e liderança na sociedade francesa, para tanto ousou colocar-se ao lado daqueles que nos séculos precedentes encabeçavam o panteão intelectual do regime monárquico. O papel do sentimento é central para o desfecho de seus personagens, principalmente, como é o caso, Esther. Somente através de uma educação religiosa poderia a cortesã dissociar-se de sua antiga vida, o que não acontece, pois em seu âmago, o meio em que se criou e onde reside não permite, logo que incrustado em sua personalidade.

No capítulo que trata sobre o método, em *Da divisão do trabalho social*, e que, como fora comentado, trata sobretudo da questão da especialização das atividades profissionais, há uma passagem que dedica-se à divisão do trabalho doméstico, relativas às ocupações profissionais de ambos os sexos. Seguindo sua linha de raciocínio, à medida que as profissões vão especializando-se um e outro, homens e mulheres, direcionam-se para suas respectivas áreas de interesse, e claramente a ciência já não é mais amparada por aquele modelo que serviu de sustentáculo às intenções de Honoré de Balzac. No trecho abaixo, podemos entrever que literatura e ciência já não mais se encontram atreladas uma à outra:

Hoje, entre os povos cultos, a mulher leva uma existência totalmente diferente da do homem. Dir-se-ia que as duas grandes funções da vida psíquica como que se dissociaram, que um dos sexos monopolizou as funções afetivas e o outro as funções intelectuais. Vendo-se, em certas classes, as mulheres se dedicarem à arte e à literatura como os homens, poder-se-ia crer, é verdade, que as ocupações dos dois sexos tendem a se tornar homogêneas. [...]. Além disso, enquanto a arte e as letras começam a se tornar coisas femininas, o outro sexo parece deixá-las de lado especialmente à ciência. Portanto, poderia muito bem acontecer que essa

aparente volta à homogeneidade primitiva nada mais fosse que o começo de uma nova diferenciação (DURKHEIM, 1999, p.26).

Entendemos por “funções intelectuais” o uso da *razão*, substrato e critério de todo trabalho científico, como promulga o próprio autor, em detrimento ao uso do *sentimento*, que se faz presente no romance balzaquiano aqui estudado, e que, pelos argumentos que foram apontados, é o elemento que desencadeia a verve de sua cientificidade literária. Não podemos deixar de voltar à questão da divisão do trabalho, tema da obra escolhida para o presente capítulo, e alvo de disputas no ambiente intelectual francês e sobre o qual a teorias contratualistas lançavam-se com suas formulações proféticas. Em relação aos efeitos que desencadeia afirma o sociólogo:

Em todos esses exemplos, o mais notável efeito da divisão do trabalho não é aumentar o rendimento das funções divididas, mas torna-las solidárias. Seu papel, em todos esses casos, não é simplesmente embelezar ou melhorar sociedades existentes, mas tornar possíveis sociedades que, sem elas, não existiriam [...]. É possível que a utilidade econômica da divisão do trabalho tenha algo a ver com esse resultado, mas, em todo caso, ele supera infinitamente a esfera dos interesses puramente econômicos, pois consiste no estabelecimento de uma ordem social e moral *sui generis*. Há indivíduos ligados uns aos outros que, não fosse esse vínculo, seriam independentes; em vez de se desenvolverem separadamente, concertam seus esforços; são solidários, e de uma solidariedade que não age apenas nos curtos instantes em que os serviços se intercambiam, mas que se estende bem além disso (DURKHEIM, 1999, p. 27).

As possibilidades de se estabelecer chaves de diálogo entre Balzac e Durkheim extrapola o recurso aos trechos das obras dos dois autores. Contudo, pretendeu-se apresentar elementos que ora corroborassem o argumento de que os papéis do *sentimento*, em Balzac, e da *razão*, em Durkheim, apontam momentos diferentes da conjuntura social francesa ao longo do século XIX. A relação entre ciência e literatura, tradição e modernidade, *razão e sentimento*, não pode, e nem deve, ser compreendida pelo exame isolado dos autores que adotaram tais posições; a ambivalência desses elementos contrastantes se faz presente na trajetória de Augusto Comte, que como salientara Lepenies (1996), dividiu-se em dois momentos distintos. O próprio sistema filosófico comtiano vem a se tornar alvo de disputas pelas alas em oposição, ao fim do século, desejosas de assegurar sua legitimidade científica. O trecho abaixo ressalta a apropriação de suas

formulações teóricas por parte de Durkheim, que toma a primeira fase de sua carreira, sua fase mais racional:

Somos levados, assim, a nos perguntar se a divisão do trabalho não desempenharia o mesmo papel em grupos mais extensos, se, nas sociedades contemporâneas, em que teve o desenvolvimento que sabemos, ela não teria a função de integrar o corpo social, assegurar sua unidade. É legítimo supor que os fatos que acabamos de observar se reproduzem nelas, mas com maior amplitude; que essas grandes sociedades políticas também só se podem manter em equilíbrio graças à especialização das tarefas; que a divisão do trabalho é a fonte, se não única, pelo menos principal da solidariedade social. Já foi nesse ponto de vista que Comte se colocou. De todos os sociólogos, a nosso conhecimento, ele foi o primeiro a assinalar na divisão do trabalho algo mais que um fenômeno puramente econômico (DURKHEIM, p. 29).

REFERÊNCIAS

BALZAC, Honoré de. **Esplendores e misérias das cortesãs**. Trad. Ilana Heineberg. Porto Alegre: RS: L&PM, 2007.

_____. **Estudos de mulher**. Tradução de Rubem Mauro Machado e Ilana Heineberg. Porto Alegre: RS: L&PM, 2006.

CONSOLIM, M. C. **Crítica da razão acadêmica: campo das ciências sociais “livres” e psicologia social francesa no século XIX**. 2007, 258 f. Tese (Doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho do social**. Tradução de Eduardo Brandão. 2ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **As regras do método sociológico**. Tradução de Paulo Neves. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

LEPENIES, Wolf. **As três culturas**. Tradução de Maria Clara Cescato. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.